

Liderança Capitalização S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de 2014**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2014, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

A Empresa encerrou o primeiro semestre de 2014 com ativos totais no montante de R\$ 1.146.852 mil, receita bruta de R\$ 170.544 mil e lucro líquido de R\$ 30.121 mil.

Operações de Capitalização

Unindo-se a parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face ao linguajar adotado e pela simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza métodos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos.

Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com larga margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas reservas técnicas, no valor R\$ 473.098 mil estão devidamente garantidos por aplicações financeiras totais de R\$ 610.543 mil das quais R\$ 602.014 mil foram oferecidas em cobertura das reservas técnicas com um excedente de cobertura de R\$ 128.916 mil e apresentam um montante de R\$ 8.529 mil em reservas livres, o que demonstra capacidade financeira para a Empresa manter até o vencimento as aplicações financeiras marcadas nesta categoria, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 483/14.

Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, que dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais aplicáveis.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014 foi disponibilizado aos acionistas o montante de R\$ 4.584 mil de dividendos antecipados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Empresa.

Perspectivas e Planos da Administração

A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos.

A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão.

A Empresa vem desenvolvendo estratégias de *marketing* voltadas ao público mais jovem, por meio de novos canais de venda, como a Tele Sena Virtual, que se encontra em processo de desenvolvimento e, também, por meio de canais de relacionamento e divulgação de conteúdo, como as redes sociais (*Twitter, Facebook, Instagram, Youtube*). No planejamento de comunicação a Empresa procura prever campanhas publicitárias que atendam aos anseios desse público mais jovem, protagonizadas por artistas reconhecidos e com forte apelo popular junto ao público alvo.

Além do desafio de conquistar novos consumidores, a Empresa tem o cuidado de fidelizar seus clientes por meio de campanhas publicitárias cujo conceito está atrelado a este público, protagonizadas por artistas populares renomados, além de figurantes e atores das faixas etárias predominantes do público alvo, a fim de criar empatia com seus clientes.

Outras Informações

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas ou qualquer alteração do controle acionário.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 25 de julho de 2014.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP -
Brasil Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Valores a receber do Controlador

Sem alterar a nossa opinião, chamamos a atenção para a informação contida na Nota Explicativa nº 22-f, referente ao valor a receber do controlador da Empresa, originado da alienação da participação no Banco Panamericano S.A. A liquidação financeira do referido valor, prevista contratualmente para ocorrer em 23 de outubro de 2020, está condicionada à geração de caixa futuro por parte do controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Adesão ao Parcelamento Especial - Lei 12.973/2014

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 27, em 29 de julho de 2014, a Empresa optou por desistir da discussão judicial relacionada à cobrança da COFINS nos termos da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, mediante pagamento à vista dos débitos. Em 30 de junho de 2014, a Empresa possui provisão constituída no montante de R\$ 232.177 mil e considerando as reduções de multa e juros prevista na Lei, o tributo foi pago, à vista, no montante de R\$ 100.175 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 29 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Liderança Capitalização S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante		665.942	648.909	Circulante		498.660	508.228
Disponível		96	105	Contas a pagar		12.742	16.058
Caixa e bancos	4	96	105	Obrigações a pagar	15	9.060	11.169
Aplicações	5	610.543	580.783	Impostos e encargos sociais a recolher		1.192	3.135
Créditos das operações de capitalização		33.871	47.411	Encargos trabalhistas		2.071	1.632
Créditos das operações de capitalização	6-a	33.871	47.411	Impostos e contribuições		161	46
Títulos e créditos a receber		18.296	18.393	Outras contas a pagar		258	76
Títulos e créditos a receber	7	12.646	15.531	Débitos de operações com capitalização		5.792	7.247
Créditos tributários e previdenciários	8	4.766	2.423	Débitos operacionais	16	5.792	7.247
Outros créditos	9	884	439	Depósitos de terceiros		8	1
Despesas antecipadas	10	3.136	2.217	Provisões técnicas - Capitalização	17	473.098	478.166
Ativo não circulante		480.910	467.985	Provisão para resgates		431.949	419.145
Realizável a longo prazo		401.819	388.790	Provisão para sorteio		20.086	38.638
Títulos e créditos a receber		149.443	147.733	Provisão administrativa		21.063	20.383
Créditos tributários e previdenciários	8	124.584	125.076	Outros débitos		7.020	6.756
Depósitos judiciais e fiscais	18	24.390	20.022	Débitos diversos	18-g	7.020	6.756
Outros créditos operacionais	11	469	2.635	Passivo não circulante		335.692	321.703
Outros valores e bens	12	252.376	241.057	Contas a pagar		1.467	1.374
Investimentos	13	71.186	71.194	Tributos diferidos		1.467	1.374
Participações societárias		3.149	3.157	Outros débitos		259.570	245.274
Imóveis destinados à renda		68.030	68.030	Provisões judiciais	18	259.570	245.274
Outros investimentos		7	7	Débitos diversos	18-f-g	74.655	75.055
Imobilizado	14	7.863	7.956	Patrimônio líquido	19	312.500	286.963
Imóveis de uso próprio		6.208	6.208	Capital social		273.323	273.323
Bens móveis		795	865	Reservas de capital		557	557
Outras imobilizações		860	883	Reservas de lucros		13.083	13.083
Intangível		42	45	Lucros acumulados		25.537	-
Outros intangíveis		42	45				
		1.146.852	1.116.894			1.146.852	1.116.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Receita líquida com títulos de capitalização		84.935	75.121
Arrecadação com títulos de capitalização		170.544	157.091
Varição da provisão para resgate		(85.609)	(81.970)
Varição das provisões técnicas		(699)	8.083
Resultado com sorteios	20-a	(1.861)	(2.454)
Custos de aquisição	20-b	(72.552)	(73.219)
Outras receitas e despesas operacionais		24.358	18.244
Outras receitas operacionais	20-c	24.647	18.451
Outras despesas operacionais		(289)	(207)
Despesas administrativas		(25.201)	(19.193)
Pessoal próprio		(10.868)	(9.972)
Serviços de terceiros		(6.427)	(5.277)
Localização e funcionamento		(2.643)	(2.430)
Publicidade e propaganda		(71)	(990)
Publicações		(132)	(129)
Donativos e contribuições		(14)	(12)
Despesas administrativas diversas	20-d	(5.046)	(383)
Despesas com tributos	20-e	(5.566)	(4.992)
Resultado financeiro		30.766	25.375
Receitas financeiras	20-f	42.369	32.535
Despesas financeiras	20-g	(11.603)	(7.160)
Resultado patrimonial		924	569
Receitas com imóveis de renda		932	156
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		10	413
Despesas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		(18)	-
Resultado operacional		35.104	27.534
Ganhos e perdas com ativos não correntes	20-h	5.027	78
Resultado antes de impostos e participações		40.131	27.612
Imposto de renda	21	(5.982)	(6.736)
Contribuição social	21	(3.679)	(4.240)
Participações sobre o resultado		(349)	(852)
Lucro líquido do semestre		30.121	15.784
Quantidade de ações		308.840	308.840
Lucro líquido por ação		97,53	51,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Lucro líquido do período		<u>30.121</u>	<u>15.784</u>
Resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		<u><u>30.121</u></u>	<u><u>15.784</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Reservas				Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	De capital	Legal	De lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	273.323	557	3.553	18.116	-	295.549
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(14.463)	-	(14.463)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 reapresentados	273.323	557	3.553	3.653	-	281.086
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	15.784	15.784
Saldos em 30 de junho de 2013	273.323	557	3.553	3.653	15.784	296.870
Saldos em 31 de dezembro de 2013	273.323	557	5.614	24.343	-	303.837
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(16.874)	-	(16.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2013 reapresentados	273.323	557	5.614	7.469	-	286.963
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	30.121	30.121
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	(4.584)	(4.584)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(4.584)	(4.584)
Saldos em 30 de junho de 2014	273.323	557	5.614	7.469	25.537	312.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Liderança Capitalização S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2014	2013
Lucro líquido do período	30.121	15.784
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	162	152
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(4)	(2)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(413)
Variação das provisões técnicas	86.308	57.968
Outros ajustes	-	3
Lucro líquido ajustado	116.595	73.492
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(29.760)	(756)
Créditos das operações de capitalização	13.540	16.340
Créditos fiscais e previdenciários	(1.851)	(774)
Depósitos judiciais e fiscais	(4.368)	(1.181)
Despesas antecipadas	(919)	(8.521)
Outros ativos	(6.713)	(9.932)
Fornecedores	(2.109)	(1.546)
Impostos e contribuições	609	8.713
Outras contas a pagar	714	582
Débitos de operações com capitalização	(1.455)	(2.089)
Depósitos de terceiros	7	52
Provisões técnicas - capitalização	(91.376)	(71.792)
Provisões judiciais	14.296	9.497
Outros passivos	(136)	(969)
Caixa gerado nas operações	7.074	11.116
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	446
Impostos sobre lucros pagos	(2.437)	(2.980)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.637	8.582
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Imobilizado	4	-
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(66)	(56)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(62)	(56)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(4.584)	(7.463)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(4.584)	(7.463)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9)	1.063
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	105	247
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	96	1.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. (“Empresa”), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo, opera na colocação de títulos de capitalização denominados “Tele Sena”. O controlador em última instância é o Sr. Senhor Abravanel. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Composição acionária

	Silvio Santos Participações S.A.		Senor Abravanel		Henrique Abravanel		Total	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	-	-	853.823	97,00%	26.417	3,00%	880.240	100,00%
Liderança Capitalização S.A.	288.137	93,30%	-	-	20.703	6,70%	308.840	100,00%

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP no 483/14 e os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária.

a. Reapresentação das demonstrações financeiras

Os saldos das demonstrações financeiras, abaixo demonstrados, estão reapresentados para fins de comparação, em razão de:

- (i) reclassificação de valores a receber do não circulante para o circulante, decorrentes da alienação de investimentos mantidos na Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda., conforme nota explicativa nº 22-e;
- (ii) reclassificação da receita com prescrição de exigibilidades decorrente da prescrição do direito de resgates e prêmios em atendimento às normas estipuladas pela Circular SUSEP nº 483/14;
- (iii) ajuste contábil decorrente da não aplicação da atualização monetária sobre o saldo a pagar do parcelamento do programa de anistia fiscal (Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.865/13) conforme descrito à nota explicativa nº 18-g;
- (iv) reclassificação de itens que não afetam a movimentação de caixa:

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

Ativo	Saldos anteriormente divulgados	Ajustes	Reclassificações	Saldos reapresentados
Circulante				
Títulos e créditos a receber (i)	6.925	-	8.606	15.531
Demais ativos	633.378	-	-	633.378
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Outros créditos operacionais (i)	11.241	-	(8.606)	2.635
Demais ativos	465.350	-	-	465.350
Total do ativo	1.116.894	-	-	1.116.894
Passivo				
Circulante				
Débitos diversos (iii)	5.202	1.554	-	6.756
Demais passivos	501.472	-	-	501.472
Passivo não circulante				
Débitos diversos (iii)	59.735	15.320	-	75.055
Demais passivos	246.648	-	-	246.648
Patrimônio líquido				
Reservas de lucros (iii)	29.957	(16.874)	-	13.083
Demais contas de patrimônio	273.880	-	-	273.880
Total do passivo	1.116.894	-	-	1.116.894

Demonstração de resultados em 30 de junho de 2013

	Saldos anteriormente divulgados	Ajustes	Reclassificações	Saldos reapresentados
Receita líquida com títulos de capitalização	91.039	-	(15.918)	75.121
Variação da provisão para resgate (ii)	(66.052)	-	(15.918)	(81.970)
Resultado com sorteios (ii)	(1.026)	-	(1.428)	(2.454)
Outras receitas e despesas operacionais	(187)	-	18.431	18.244
Outras receitas operacionais (ii)	20	-	18.431	18.451
Resultado financeiro	27.430	(970)	(1.085)	25.375
Despesas financeiras (ii/iii)	(5.105)	(970)	(1.085)	(7.160)
Resultado operacional (iii)	28.504	(970)	-	27.534
Resultado antes de impostos e participações	28.582	(970)	-	27.612
Lucro líquido do semestre	16.754	(970)	-	15.784

Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2013

	Saldos anteriormente divulgados	Ajustes	Reclassificações	Saldos reapresentados
Lucro líquido do período (iii)	16.754	(970)	-	15.784
Variação das provisões técnicas (iv)	-	-	57.968	57.968
Lucro líquido ajustado	16.494	(970)	57.968	73.492
Provisões técnicas - capitalização (iv)	(13.824)	-	(57.968)	(71.792)
Outros passivos (iii)	(1.939)	970	-	(969)

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 25 de julho de 2014.

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas

contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias; (ii) As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no semestre a findar-se em 30 de junho de 2014.

- Nota 5 - Aplicações
- Nota 6-a - Créditos das operações de capitalização
- Nota 8 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota 17 - Provisões técnicas
- Nota 18 - Provisões judiciais

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa e depósitos bancários à vista em moeda nacional e compreendem os saldos registrados na rubrica “caixa e bancos”.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 483/14, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e consequentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

c. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os “Créditos das operações com capitalização”, decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

Valor justo

Os títulos classificados como “valor justo por meio do resultado” e “disponíveis para venda” são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Créditos das operações de capitalização

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.

e. Despesas antecipadas

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

f. Outros valores e bens

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. Quando aplicável, o valor a receber originado da venda de investimentos está apresentado a valor presente (vide nota explicativa nº 22-e-f-g).

g. Investimentos e imobilizado

Investimentos

As participações societárias em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada, exceto quanto às participações societárias em coligadas e controladas que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

	<u>Anos</u>
Bens móveis	5 a 10
Outras imobilizações	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação.

Imóveis destinados à renda corresponde ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação de pagamento parcial da dívida, conforme Nota Explicativa nº 22-f, no montante de R\$ 68.030 mensurado pelo seu valor justo, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 13-b.

h. Passivo circulante e não circulante

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do semestre corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no semestre findo em 30 de junho de 2014, pelo regime de tributação pelo lucro real anual (lucro real trimestral em 2013). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do semestre, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos semestres anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

j. Provisões judiciais

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

k. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização “Tele Sena”, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao ano, com prazo de vencimento de um ano.

A Empresa adotou a faculdade prevista no Inciso I do Art. 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.

- **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização “Tele Sena” e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão para despesas administrativas (PDA)** - Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização “Tele Sena”, definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como “outras provisões”.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	96	105
Total	96	105

5 Aplicações financeiras

	2014				2013		
	Custo atualizado	Sem vencimento	01 a 90 dias	Valor contábil	% da carteira	Valor contábil	% da carteira
I - Valor justo por meio do resultado	50.406	50.406	-	50.406	8,26%	48.060	8,28%
Fundos de renda fixa abertos	50.406	50.406	-	50.406		48.060	
II - Disponíveis para venda	519.470	(79)	519.470	519.391	85,07%	506.481	87,21%
Fundos exclusivos de títulos públicos	519.470	(79)	519.470	519.391		506.481	
Operações compromissadas (*)	519.470	-	519.470	519.470		506.559	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	-	(79)	-	(79)		(78)	
III - Mantidos até o vencimento	40.746	-	40.746	40.746	6,67%	26.242	4,52%
CDB - Certificados de depósitos bancários	40.746	-	40.746	40.746		26.242	
Total	610.622	50.327	560.216	610.543	100,00%	580.783	100,00%

(*) Lastreados por títulos públicos

Fundos de renda fixa abertos

Administrador	2014	2013
Caixa Econômica Federal	50.406	48.060
	50.406	48.060

Fundos exclusivos de títulos públicos

Administrador	2014	2013
Caixa Econômica Federal	93.122	88.793
Banco Bradesco S.A.	426.269	417.688
	519.391	506.481

CDB - Certificados de depósitos bancários (*)

Instituição emissora	2014	2013
Caixa Econômica Federal	40.746	26.242
	40.746	26.242

(*) A taxa contratada para CDB - Certificados de depósitos bancários é equivalente a 100,8% do CDI.

Movimentação das aplicações financeiras nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

	Saldos em 2013	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldos em 2014
Fundos de renda fixa abertos	48.060	-	-	2.346	50.406
Fundos exclusivos de títulos públicos	506.481	60.724	(72.394)	24.580	519.391
CDB - Certificados de depósitos bancários	26.242	106.000	(93.459)	1.963	40.746
Total	580.783	166.724	(165.853)	28.889	610.543

	Saldos em 2012	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldos em 2013
Fundos de renda fixa abertos	44.548	-	-	1.488	46.036
Fundos exclusivos de títulos públicos	478.634	47.641	(51.768)	15.925	490.432
CDB - Certificados de depósitos bancários	59.931	116.000	(130.471)	1.941	47.401
Total	583.113	163.641	(182.239)	19.354	583.869

Rentabilidade da carteira

Em 2014, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa totalizou R\$ 28.889 no semestre. Essa rentabilidade representa 98,87% do CDI que foi de 4,97%, acumulado no semestre findo em 30 de junho de 2014.

Aplicações financeiras - Recursos livres

	2014	2013
Aplicações financeiras vinculadas a cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	561.268	547.958
Certificados de depósitos bancários	40.746	26.242
Total vinculado	602.014	574.200
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	8.529	6.583
Total de aplicações livres	8.529	6.583
Total	610.543	580.783
Provisões técnicas (Nota 17)	473.098	478.166
Excesso de cobertura	128.916	96.034
Aplicações financeiras livres	8.529	6.583

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- **Nível 1** - Títulos cotados em um mercado ativo (não ajustados) de forma que possam ser acessados diariamente;
- **Nível 2** - Títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- **Nível 3** - Títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	2014	2013
Ativo financeiro	Nível 2	Nível 2
Valor justo por meio do resultado	50.406	48.060
Disponíveis para venda	519.391	506.481
Total	569.797	554.541

6 Crédito das operações de capitalização

a. Créditos das operações de capitalização

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos a receber de distribuidores por vencimento		
A vencer		
De 1 a 60 dias	22.060	46.465
Vencidos		
De 1 a 60 dias	1.879	86
De 61 a 120 dias	21	51
Acima de 121 dias	139	107
	<u>24.099</u>	<u>46.709</u>
Valores em Trânsito		
Tele Senas em trânsito	8.510	702
Prêmios - pagamentos em trânsito	344	-
Resgates a confirmar	918	-
	<u>9.772</u>	<u>702</u>
	<u>33.871</u>	<u>47.411</u>

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldos no início do semestre	<u>47.411</u>	<u>34.041</u>
Arrecadação com títulos de capitalização	170.544	157.091
Brindes, furtos e prêmios instantâneos	(187)	(55)
Eventos diversos	1.260	(3)
Recebimentos	(185.157)	(173.373)
Total	<u>33.871</u>	<u>17.701</u>

7 Títulos e créditos a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos de capitalização a receber	7.173	7.170
Antecipações de resgates	5.996	6.586
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.155)	(7.155)
Créditos oriundos da alienação de investimentos:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e)	6.530	8.809
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 22-e)	(77)	(203)
Aluguéis a receber	169	323
Outras	10	1
	<u>12.646</u>	<u>15.531</u>

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por distribuidores de títulos os quais estão em processo formal de cobrança judicial.

8 Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2014	2013
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	471	1.895
Antecipações de imposto de renda	3.060	
Créditos de contribuição social a compensar	50	412
Antecipações de contribuição social sobre o lucro	1.127	
Outros	58	116
	4.766	2.423
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	77.526	75.339
Contribuição social	46.516	45.203
	124.042	120.542
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal (b)		
Imposto de renda	339	2.834
Contribuição social	203	1.700
	542	4.534
	124.584	125.076

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 18) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Notas 22-e-f-g). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2014			2013		
	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social	Base do crédito tributário	Imposto de renda	Contribuição social
Diferenças temporárias						
COFINS	232.177	58.044	34.827	219.875	54.969	32.981
PIS	5.836	1.459	876	5.742	1.436	861
Processos cíveis a pagar	7.651	1.913	1.148	7.598	1.899	1.140
Processos trabalhistas a pagar	3.615	904	542	3.468	867	520
AVP - Ajuste a valor presente (Notas 7, 11 e 12)	56.688	14.172	8.503	60.776	15.194	9.116
Provisão de honorários de êxito (Nota 18-f)	4.134	1.034	620	3.897	974	585
	310.101	77.526	46.516	301.356	75.339	45.203

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A Empresa apurou o montante de R\$ 11.334 referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no 4º trimestre de 2013 e constituiu crédito tributário no valor de R\$ 4.534 mil. A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício de 2014.

9 Outros créditos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos a funcionários	410	201
Adiantamentos a fornecedores	42	67
Outros adiantamentos	432	171
	<u>884</u>	<u>439</u>

10 Despesas antecipadas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prestação de serviços a apropriar	1.993	1.413
Outras	1.143	804
	<u>3.136</u>	<u>2.217</u>

11 Outros créditos operacionais - não circulante

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Alienação de investimentos:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e)	-	2.203
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (Nota 22-g)	715	698
Outros	2	3
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 22-e)	-	(9)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (Nota 22-g)	(248)	(260)
	<u>469</u>	<u>2.635</u>

12 Outros valores e bens

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Alienação de investimentos:		
Banco Panamericano S.A. (Nota 22-f)	308.739	301.362
(-) AVP - Ajuste a valor presente:		
Banco Panamericano S.A. (Nota 22-f)	(56.363)	(60.305)
	<u>252.376</u>	<u>241.057</u>

13 Investimentos

	Lider Art's Comunicação Ltda.	Hotel Jequitimar Ltda.	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio. (a)	Outros	Total 2014	Total 2013
Capital social	100	8.067	24.977				
Patrimônio líquido	116	3.534	21.453				
Lucro líquido do semestre	(9)	1.666	-				
Número de quotas possuídas	99.000	5.700	3.530.220				
Participação societária	99,00%	0,07%	14,13%				
Saldo dos investimentos no início do semestre	123	1	3.033	68.030	7	71.194	3.148
Resultado de equivalência patrimonial	(9)	1	-	-	-	(8)	413
Saldo dos investimentos no final do semestre	114	2	3.033	68.030	7	71.186	3.561

- (a) Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida descrita na Nota Explicativa 22-f, um imóvel avaliado em R\$ 68.030. O imóvel foi avaliado pelo escritório Amaral D'Avila Engenharia de Avaliações Ltda. em fevereiro de 2013 utilizando o método evolutivo. Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco - SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R\$ 835 no semestre findo em 30 de junho de 2014. Até a presente data os trâmites jurídicos para a transferência de domínio e registro da titularidade do referido imóvel para a Empresa, encontram-se em andamento.

14 Imobilizado

	Imóveis			Totais	
	de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações	2014	2013
Custo	18.901	5.858	1.061	25.820	25.615
(-) Depreciação acumulada	(12.693)	(4.993)	(178)	(17.864)	(17.622)
Saldo contábil líquido no início do semestre	6.208	865	883	7.956	7.993
Aquisições	-	66	-	66	56
Baixas/transferências	-	2	(2)	-	(2)
(-) Depreciação	-	(138)	(21)	(159)	(136)
Saldo contábil líquido no final do semestre	6.208	795	860	7.863	7.911
		10% a			
Taxas anuais de depreciação	4%	20%	4%		

Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.

15 Obrigações a pagar

	2014	2013
Fornecedores	8.986	11.169
Outras	74	-
	9.060	11.169

16 Débitos de operações com capitalização

	2014	2013
Comissões sobre venda de títulos	5.784	7.247
Outras	8	-
	5.792	7.247

17 Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foram:

	Provisão						Total	Total
	Matemática	Para	Para	Para	Outras	Total		
	para	Para	sorteios	sorteios	(PDA)	2014	2013	
Saldos no início do semestre	179.560	239.585	1.727	36.911	20.383	478.166	466.329	
Constituições	95.550	-	10.313	239	1.379	107.481	98.857	
Reativações	-	337	-	54	-	391	5.014	
Cancelamentos	(10.278)	-	(119)	(1.934)	-	(12.331)	-	
Atualização monetária e juros	1.438	1.125	-	(243)	-	2.320	(1.152)	
Pagamentos de resgates e sorteio:	(24)	(60.958)	-	(9.923)	-	(70.905)	(71.693)	
Prescrições	-	(14.387)	-	(10.193)	-	(24.580)	(18.431)	
Reversões	-	-	-	(6.745)	(699)	(7.444)	(26.419)	
Transferências	(79.351)	79.351	(10.222)	10.222	-	-	-	
Saldos no final do semestre	186.895	245.053	1.699	18.388	21.063	473.098	452.505	

18 Provisões judiciais

	Provisões judiciais					Depósitos judiciais				
	SalDOS em		Baixas	Atualização monetária	SalDOS em	SalDOS em		Baixas	Atualização monetária	SalDOS em
	31/12/2013	Adições				31/12/2013	Adições			
PIS (a)	6.111	-	-	94	6.205	-	-	-	-	-
COFINS (a)	219.875	7.319	-	4.983	232.177	6.762	-	-	192	6.954
Contribuição social (c)	8.223	1.384	-	315	9.922	12.019	2.135	-	1.483	15.637
Trabalhista (d)	3.467	-	-	148	3.615	773	561	(3)	-	1.331
Cíveis (e)	7.598	134	(581)	500	7.651	468	-	-	-	468
Total	245.274	8.837	(581)	6.040	259.570	20.022	2.696	(3)	1.675	24.390

	SalDOS em		Baixas	Atualização monetária	SalDOS em	SalDOS em		Baixas	Atualização monetária	SalDOS em
	31/12/2012	Adições				31/12/2012	Adições			
	PIS (a)	8.457	-	-	91	8.548	-	-	-	-
COFINS (a)	168.457	3.948	-	3.191	175.596	6.476	-	-	133	6.609
Imposto de renda (b)	18.356	-	-	267	18.623	-	-	-	-	-
Contribuição social (c)	4.735	1.810	-	173	6.718	8.486	561	-	152	9.199
Trabalhista (d)	2.539	902	-	147	3.588	405	345	(10)	-	740
Cíveis (e)	2.065	90	(1.153)	31	1.033	469	-	-	-	469
Total	204.609	6.750	(1.153)	3.900	214.106	15.836	906	(10)	285	17.017

Valor provável do desembolso futuro de caixa

Contingências	2014	2013
Fiscais (*)	248.304	234.209
Trabalhistas	3.615	3.467
Cíveis	7.651	7.598
Total	259.570	245.274

Classificação de risco das ações judiciais

Contingências	2014				2013			
	Provável	Possível	Remota	Total	Provável	Possível	Remota	Total
Fiscais (*)	-	248.304	-	248.304	18.623	190.862	-	209.485
Trabalhistas	3.615	68.347	-	71.962	3.588	52.703	-	56.291
Cíveis	7.651	12.690	9.346	29.687	1.033	21.498	19.331	41.862
Total	11.266	329.341	9.346	349.953	23.244	265.063	19.331	307.638

(*) As discussões judiciais de natureza fiscal são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito uma vez que são consideradas como obrigações fiscais.

a. PIS e COFINS

A Empresa discute a exigibilidade da contribuição para o PIS e COFINS nos termos das Emendas Constitucionais - EC n^os 01/94, 10/96, 17/97 e Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e cuja solução encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedidos similares, decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, sendo inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas. Os valores não recolhidos a título de COFINS, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, no montante de R\$ 193.146 (R\$ 183.742 em 31 de dezembro de 2013) e a provisão para encargos legais de R\$ 39.031 (R\$ 36.133 em 31 de dezembro de 2013), estão sendo provisionados até o

trânsito em julgado da sentença. A partir de junho de 2009, com fundamento na Lei nº 11.941, de 27/05/2009, art. 79, inc. XII, foi revogado o dispositivo que exigia as contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Empresa provisiona tão somente as contribuições incidentes sobre as receitas provenientes da atividade empresarial. A Empresa não efetua os recolhimentos mensais a título de COFINS, no entanto apura mensalmente os valores relativos ao tributo a fim de constituir provisão relativa às contingências tributárias. Em caso de desfecho desfavorável a Empresa poderá estar sujeita à multa de mora com valor de R\$ 20.921. Os assessores jurídicos classificam a probabilidade que a referida multa e encargos legais venham a ser efetivamente devidos como “Possível”.

Em face da existência de voto favorável do relator do acórdão, a Empresa impetrou embargos infringentes, que deveriam ser acolhidos com efeito suspensivo, e que medida cautelar, requerendo os mesmos efeitos já foi devidamente acolhida, suspendendo, consequentemente, as ações de cobrança pela Fazenda Nacional. Outrossim, com a publicação da Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, que em seu artigo 2º alterou o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, acrescentando o item IV para definição de receita bruta, houve um reforço à tese dos contribuintes, que está para ser definida no "leading case" em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal.

Muito embora se reconheça que o inciso IV, adicionado ao artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77 tenha trazido um reforço à tese dos contribuintes na discussão com o Fisco Federal, a Empresa, em 29 de julho de 2014, optou por aderir à nova fase do REFIS IV, que reabriu o prazo de adesão para empresas financeiras e equiparadas, concedendo redução de 100 % das multas de mora e de ofício, dos juros de mora e dos encargos legais, para pagamento à vista, e consequentemente, está providenciando a desistência da ação que era movida contra a Fazenda Nacional.

b. Imposto de renda

Refere-se à dedutibilidade da contribuição social na base do imposto de renda no período de maio de 2000 a fevereiro de 2007. A administração da Empresa reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a probabilidade de perda desta contingência, classificando-a como provável. Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 12.865 de 2013 com as alterações dadas pela Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, a administração da Empresa decidiu aderir ao referido programa com a consequente desistência do processo (Nota 18-g).

c. Contribuição social

A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade “possível”, e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente.

d. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica “Provisões judiciais” classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. Cíveis

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

f. Imposto sobre serviços

O Município do Estado do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização “Tele Sena” é uma loteria disfarçada, vem autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre Serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008, cujo valor atualizado destas autuações monta R\$ 85.579 (R\$ 81.619 em 31 de dezembro de 2013). A Empresa ofereceu as garantias legais necessárias e impetrou mandado de segurança contra o auto de infração que compreende o período de março de 1998 a dezembro de 2001, tendo sido obtida liminar para impedir o Município de efetuar qualquer medida visando à cobrança do débito. Como era previsto pelos advogados, o Superior Tribunal de Justiça acatou as argumentações da Empresa e, em novembro de 2013, julgou o mandado de segurança procedente, anulando a autuação fiscal, restando pendente atualmente a apreciação de recurso extraordinário manejado pelo Município do Rio de Janeiro perante o Supremo Tribunal Federal, com pouquíssimas possibilidades de êxito por parte do autor. Com base nessa avaliação, nenhuma provisão foi registrada pela Empresa para fazer face a eventuais desembolsos por conta dos referidos autos de infração. Sob a mesma argumentação, foram registrados honorários de êxito no montante de R\$ 4.134 (R\$ 3.897 em 31 de dezembro de 2013), registrado na rubrica “Débitos diversos”, no passivo não circulante.

g. Programa de anistia fiscal (Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.865/13)

Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941 de 2009 e Lei nº 12.865 de 2013, a Administração da Empresa reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a desistência de diversos processos movidos pela Empresa, sendo os principais relacionados à contribuição social (isonomia de alíquota), dedutibilidade da contribuição social na base de cálculo do imposto de renda e outros processos administrativos.

(i) Demonstrativo de consolidação de débitos - REFIS Lei nº 11.941/09

Valor principal dos débitos consolidados	24.926
Juros	35.604
Multa	6.189
Sub-total	66.719
(-) Benefícios - redução de multa e juros	(12.615)
Valor total dos débitos consolidados	54.104

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Multa</u>	<u>Total</u>
Diferença de alíquota CSLL	7.256	13.061	-	20.317
Exigibilidade suspensa CSLL	7.859	13.738	-	21.597
Total de débitos contingenciados	15.115	26.799	-	41.914
Débitos não contingenciados	9.810	8.806	6.189	24.805
Benefícios - redução de multa e juros	-	(8.901)	(3.714)	(12.615)
Total de débitos não contingenciados	9.810	(95)	2.475	12.190
Total de débitos consolidados do REFIS	24.925	26.704	2.475	54.104

A Empresa aderiu ao parcelamento em 23 de novembro de 2009, pelo prazo de 180 meses. A confirmação da consolidação dos débitos, pela Secretaria da Receita Federal, ocorreu em 31 de dezembro de 2011. O valor consolidado é atualizado pela taxa SELIC. Os saldos a recolher, decorrentes do parcelamento, encontram-se registrados à rubrica “Débitos diversos” conforme demonstrado abaixo:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Saldos</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Saldos</u>
Total de débitos consolidados do REFIS	180	54.104	180	54.104
Parcelas antecipadas	19	(4)	19	(4)
Pagamentos efetuados	37	(16.093)	31	(13.265)
Juros (*) (Nota 20-g)		21.640		19.549
	124	59.647	130	60.384
Circulante		5.772		5.574
Não circulante		53.875		54.810
		59.647		60.384

(*) Dos juros apurados, R\$ 16.701 referem-se a ajustes de exercícios anteriores, conforme Nota explicativa nº 2-a-iii.

(ii) Demonstrativo de consolidação de débitos - REFIS Lei nº 12.865/13

Valor principal dos débitos consolidados	7.953
Juros	10.539
Multa	4.237
Sub-total	22.729
(-) Benefícios - redução de multa e juros	(5.177)
Valor total dos débitos consolidados	17.552

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Multa</u>	<u>Total</u>
Dedutibilidade CSLL na base do IRPJ	7.953	10.539	4.237	22.729
Benefícios - redução de multa e juros	-	(2.635)	(2.542)	(5.177)
Total de débitos consolidados do REFIS	7.953	7.904	1.695	17.552

A Empresa aderiu ao parcelamento em 07 de novembro de 2013, pelo prazo de 180 meses. O valor consolidado é atualizado pela taxa SELIC. Os saldos a recolher, decorrentes do parcelamento, encontram-se registrados à rubrica “Débitos diversos” conforme demonstrado abaixo:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Saldos</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Saldos</u>
Total de débitos consolidados do REFIS	180	17.552	180	17.552
Pagamentos efetuados	8	(807)	2	(196)
Juros (*) (Nota 20-g)		1.149		174
	172	17.894	178	17.530
Circulante		1.248		1.182
Não circulante		16.646		16.348
		17.894		17.530

(*) Dos juros apurados, R\$ 173 referem-se a ajustes de exercícios anteriores, conforme Nota explicativa nº 2-a-iii.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 273.323.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2014, foram pagos dividendos antecipados no valor de R\$ 4.584, conforme estabelecido no estatuto social.

c. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.

A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Resultado com sorteios

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições	(10.552)	(12.277)
Reativações	(54)	-
Cancelamentos	2.053	8.865
Reversões	6.745	1.043
Despesas com títulos sorteados	(53)	(85)
	<u>(1.861)</u>	<u>(2.454)</u>

b. Custos de aquisição

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Corretagem	(28.493)	(28.452)
Despesas de vendas	(7.930)	(8.246)
Publicidade e propaganda	(36.129)	(36.521)
	<u>(72.552)</u>	<u>(73.219)</u>

c. Outras receitas operacionais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas com prescrição de exigibilidades (Nota 17)	24.580	18.431
Outras receitas com operação de capitalização	67	20
	<u>24.647</u>	<u>18.451</u>

d. Despesas administrativas diversas

	2014	2013
Contingências e condenações judiciais	(631)	(24)
Provisão de contingências judiciais:		
Encargos legais COFINS (Nota 18-a)	(2.898)	-
Outros processos administrativos	447	162
Multas e infrações:		
Consolidação de débitos REFIS (Nota 18-g-ii)	-	-
Outras	-	(400)
Despesas não detutíveis	(1.947)	(59)
Despesas diversas	(17)	(62)
	(5.046)	(383)

e. Despesas com tributos

	2014	2013
COFINS	(4.421)	(3.948)
PIS	(719)	(642)
Outros	(426)	(402)
	(5.566)	(4.992)

f. Receitas financeiras

	2014	2013
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	2.346	1.488
Disponíveis para venda	24.580	15.925
Mantidos até o vencimento	1.963	1.941
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente	7.645	6.698
Apropriação de juros sobre AVP - Ajuste a valor presente	4.088	5.696
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 18)	1.675	285
Outras	72	502
	42.369	32.535

g. Despesas financeiras

	2014	2013
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 17)	(2.320)	(1.152)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 18)	(6.040)	(3.900)
Juros sobre parcelamento REFIS (Nota 18-g)	(3.066)	(1.610)
Outras	(177)	(498)
	(11.603)	(7.160)

h. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2014	2013
Ajuste a valor presente:		
Alienação de investimento Promolider (Nota 22-g)	-	(514)
Processos judiciais (*)	4.866	-
Outros ganhos/(perdas)	161	592
	5.027	78

(*) Recebimento por trânsito em julgado do processo nº 98.001.049658-0, movido pela Empresa contra o DETRAN do Rio de Janeiro, face à inadimplência em contrato de locação imobiliária.

21 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 30 de junho de 2014 e 2013, estão assim demonstrados:

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro contábil antes dos impostos e participações e ajustes	40.131	40.131	27.612	27.612
(-) Participações	(349)	(349)	(852)	(852)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	970	970
Lucro contábil antes dos impostos e após participações e ajustes	39.782	39.782	27.730	27.730
Adições	16.259	16.259	9.075	9.075
AVP - Ajuste a valor presente	-	-	514	514
Equivalência patrimonial	18	18	-	-
Provisão para contingências	13.359	13.359	8.042	8.042
Outras	2.882	2.882	519	519
Exclusões	(6.215)	(6.215)	(6.629)	(6.629)
Equivalência patrimonial	(10)	(10)	(413)	(413)
Reversão de provisão para contingências	(2.117)	(2.117)	(520)	(520)
AVP - Ajuste a valor presente	(4.088)	(4.088)	(5.696)	(5.696)
Ajustes de exercícios anteriores	(16.874)	(16.874)	-	-
Lucro fiscal antes das compensações	49.826	49.826	30.176	30.176
Compensações de prejuízos fiscais de anos anteriores	(9.886)	(9.886)	-	-
Base de cálculo	39.940	39.940	30.176	30.176
Tributos correntes (IR/CS)	(5.755)	(3.460)	(7.532)	(4.527)
Incentivos fiscais dedução	139	-	216	-
Créditos tributários s/ prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(366)	(219)	562	337
Tributos períodos anteriores (IR/CS)	-	-	18	(50)
Total de tributos	(5.982)	(3.679)	(6.736)	(4.240)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	14,06%	8,66%	24,24%	15,00%

No exercício de 2013 a Empresa optou por recolher o imposto de renda e a contribuição social pelo regime trimestral, apurando lucro tributável nos 3 primeiros trimestres e prejuízo fiscal no último trimestre no montante de R\$ 11.334, dos quais R\$ 9.886 foram compensados no semestre findo em 30 de junho de 2014 e o saldo de R\$ 1.448 será compensado com lucros tributáveis futuros.

22 Transações com partes relacionadas

	Direitos/(Obrigações)		Receitas/(Despesas)	
	2014	2013	2014	2013
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-i)	(1.893)	(710)	(10.972)	(10.091)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (a-i)	-	-	(632)	(534)
Imagem e voz (a-ii)	(5.203)	(6.310)	(18.171)	(17.334)
Custos de aquisição	(7.096)	(7.020)	(29.775)	(27.959)
Serviços compartilhados (b)	(62)	(63)	(391)	(361)
Despesas com serviços de terceiros	(62)	(63)	(391)	(361)
SS Com Cosmet Prod Higiene Pessoal Ltda.	140	265	835	-
Perícia ADM e Corr Seg e Prev Priv SC Ltda.	3	39	(16)	56
Promolider Promotora de Vendas Ltda.	4	4	22	21
BF Utilidades Domésticas Ltda.	2	2	10	9
Lider Art's Comunicação Ltda.	1	1	6	-
TV Studios de Ribeirão Preto Ltda.	-	-	-	(3)
Receitas/(despesas) de aluguel (c)	150	311	857	83
Silvio Santos Participações S.A.	-	1	-	-
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-i)	10	-	-	-
Outros créditos a receber - Circulante	10	1	-	-
BF Utilidades Domésticas Ltda. (e)	6.530	11.012	251	475
BF Utilidades Domésticas Ltda. - Outros créditos	2	3	-	-
Silvio Santos Participações S.A. (g)	715	698	17	12
AVP - Ajuste a valor presente - CPC 12 (e-g)	(325)	(472)	146	351
Outros créditos a receber - Não circulante (e-g)	6.922	11.241	414	838
Silvio Santos Participações S.A.	308.739	301.362	7.377	6.142
AVP - Ajuste a valor presente - CPC 12	(56.363)	(60.305)	3.942	5.328
Outros valores e bens (f)	252.376	241.057	11.319	11.470
Silvio Santos Participações S.A.	(190)	-	(1.200)	-
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	-	(7)	-	-
Hotel Jequitimar Ltda.	(6)	(6)	-	-
Outras contas a pagar	(196)	(13)	(1.200)	-

a. Custos de aquisição: As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:

- (i) Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;
- (ii) Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.

- b. Despesas com serviços de terceiros:** refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados que foi mantido com a empresa GSS - Centro de Serviços Compartilhados Ltda. (“CSC”) até abril de 2011. A partir de maio de 2011, com a descontinuidade do CSC, foi estabelecido um contrato de rateio destas despesas com o SBT, que absorveu as atividades do CSC. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.
- c. Receitas/(despesas) de aluguel -** A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica “Receita com imóveis de renda”, o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". A Empresa mantém filial em imóvel de empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrada na rubrica “Aluguel de imóveis”, o saldo pendente de pagamento está registrado na rubrica “Outras contas a pagar”.
- d. Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R\$ 678 (R\$ 882 em 30 de junho de 2013).
- e.** Em 4 de maio de 2009, os investimentos anteriormente mantidos na Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. foram alienados à BF Utilidades Domésticas Ltda., pelo seu valor contábil, no montante total de R\$ 23.814, para pagamento em parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). O saldo remanescente de R\$ 17.527 em 04 de maio de 2013, foi repactuado para pagamento em 24 parcelas, atualizadas pelo índice geral de preços do mercado (IGPM), calculadas no modelo de SAC - Sistema de Amortização Constante, e encontra-se registrado na rubrica “Outros valores e bens”, no longo prazo, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Saldo no início do semestre	11.012	17.086
Atualização monetária	250	545
Pagamentos	(4.732)	(1.461)
Saldo no final do semestre	6.530	16.170

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, e considerando a repactuação da dívida, a Administração da Empresa registrou, em maio de 2013, o montante de R\$ 514 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM (anteriormente IPCA) até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica “Outros créditos operacionais” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	2014	2013
Valor do contas a receber (Nota 7 e 11)	6.530	11.012
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 7 e 11)	(77)	(212)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	6.453	10.800

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 31 (R\$ 85 em 31 de dezembro de 2013).

- f. Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação) com vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGP/M - Índice Geral de Preços para Mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Empresa, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente (AVP) sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento.

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida com dação de imóvel no montante de R\$ 68.030 (Nota 13). O saldo remanescente, de R\$ 298.039 com vencimento para liquidação em 23 de outubro de 2020 é atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual. Em função desta amortização a Administração da Empresa, procedeu à revisão do cálculo do Ajuste a Valor Presente utilizando as taxas de CDI e IGPM projetadas a partir de outubro de 2013.

Este registro reduziu o saldo da rubrica “Outros valores e bens” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valor do contas a receber (Nota 12)	308.739	301.362
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 12)	<u>(56.363)</u>	<u>(60.305)</u>
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	<u>252.376</u>	<u>241.057</u>

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 22.545 (R\$ 24.122 em 31 de dezembro de 2013).

- g. Em 29 de dezembro de 2010, foi alienado à Silvio Santos Participações S.A. o total de 989 quotas sociais dos investimentos mantidos na Promolider Promotora de Vendas Ltda. pelo montante de R\$ 584 para pagamento em 27 de dezembro de 2022 atualizado pela variação do IGP/M - Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 281 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica “Outros créditos operacionais” de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Valor do contas a receber (Nota 11)	715	698
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 11)	(248)	(260)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	<u>467</u>	<u>438</u>

Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 99 (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2013).

23 Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de “Contribuição definida”, e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do “salário de participação” definido no Regulamento do Plano e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No semestre findo em 30 de junho de 2014, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 377 (R\$ 395 em 30 de junho de 2013).

24 Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- (1) **Conselho de direção**, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.
- (2) **Comitê financeiro**, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do grupo e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.
- (3) **Comitê de tecnologia da informação**, é o ente responsável pela atualização e manutenção das políticas de Tecnologia da Informação do grupo, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que esteja ou possa estar relacionada ao risco de fraude.

Além das responsabilidades comuns a todos os funcionários, compete ainda aos profissionais em cargos de comando e/ou assessoria, dar conhecimento ao Código de Conduta Ética e do Termo de Responsabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação a todos os funcionários e colaboradores sob sua responsabilidade. Respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o departamento de Recursos Humanos, que por sua vez, as direcionará ao Comitê Interno de Ética.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam se relacionar, acompanhar as operações realizadas e as proposta de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais. Ao mesmo tempo, determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei 9.613/98. Operações suspeitas são comunicadas ao COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, conforme circular específica.

Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Considerando o produto Tele Sena de baixo valor unitário e que é distribuído de forma pulverizada em todo território nacional, não verificamos o risco de lavagem de dinheiro, porém a administração adota em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP nº 249, a implantação

e implementação do sistema de controles internos. O ambiente de controle, sua adequação e efetividade são avaliados pelos agentes de *compliance*, mediante a apreciação dos seus respectivos processos e atividades, resultando na avaliação e na adoção de planos para melhoria dos controles identificados com algum tipo de ineficiência, fragilidade e/ou inexistência.

Gestores e colaboradores devem se certificar da capacidade financeira e da origem dos recursos de seus clientes e parceiros comerciais, contribuindo assim para o combate à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos ou valores de origem ilícita.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Resolução CNSP n.º 311/14, o parecer atuarial informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os ativos garantidores superiores às necessidades requeridas.

O produto título de capitalização, não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

e. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

f. Riscos operacionais

A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP n.º 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Auto Avaliação de Controles Internos e de Avaliação dos Riscos de Controles Internos (Gestão de *Compliance*).

Conforme disposto na Circular SUSEP n.º 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, com uma periodicidade mínima semestral, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Controles Internos da empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações, planos de contingência; f) processos de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A empresa está implementando o seu Plano de Continuidade de Negócios (contingência operacional) que é um documento onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a uma emergência, contém também informações detalhas sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais.

g. Risco de crédito

O risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização.

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo títulos emitidos pelo Governo Federal como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre com parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

Títulos Privados, preferencialmente em Certificados de Depósitos Bancários, são aplicados, principalmente, com prazo inferior a 90 (noventa) dias, visando buscar o equilíbrio entre liquidez e minimizar o risco de crédito.

h. Risco de mercado

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das reservas matemáticas. Tal conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós fixada pela TR e juros anuais.

Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição, são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa.

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio*, seja direta ou indiretamente atrelado a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Período	2014				2013			
	Carteira	CDI	% CDI	Var Diário*	Carteira	CDI	% CDI	Var Diário*
jan	0,8324%	0,8380%	99,34%	0,0037%	0,6112%	0,6133%	99,65%	0,0019%
fev	0,7756%	0,7827%	99,10%	0,0034%	0,4774%	0,4816%	99,12%	0,0014%
mar	0,7512%	0,7599%	98,85%	0,0033%	0,5334%	0,5377%	99,20%	0,0010%
abr	0,8059%	0,8155%	98,83%	0,0030%	0,5953%	0,6008%	99,07%	0,0006%
mai	0,8491%	0,8583%	98,92%	0,0025%	0,5797%	0,5849%	99,12%	0,0008%
jun	0,8082%	0,8174%	98,88%	0,0019%	0,5873%	0,5919%	99,21%	0,0017%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 126 dias úteis

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 62, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superando do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do “pior” retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco	2014				2013			
	Mensal (21 du)	Trimestral (62 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)	Mensal (21 du)	Trimestral (63 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)
VAR 95% de confiança	0,0001%	0,0004%	0,0019%	0,0057%	0,0006%	0,0017%	0,0017%	0,0023%
Stress histórico do período	0,0001%	0,0016%	0,0037%	0,0067%	0,0015%	0,0017%	0,0027%	0,0103%
VAR pela % mínima real	0,0006%	0,0013%	0,0014%	0,0032%	0,0022%	0,0022%	0,0028%	0,0062%
Fechamento pela VAR	95,42%	95,25%	95,04%	94,58%	95,37%	95,11%	95,07%	94,88%
Fechamento stress histórico	95,42%	95,11%	94,83%	94,45%	95,26%	95,11%	94,95%	94,03%
Fechamento pela mínima	95,35%	95,15%	95,12%	94,89%	95,18%	95,05%	94,95%	94,55%
VAR em R\$	379	2.405	11.838	35.017	3.287	9.816	9.793	13.619
Máxima do período	98,98%	99,00%	100,41%	106,69%	99,80%	99,80%	101,60%	111,89%
Mediana	98,92%	98,93%	98,94%	98,98%	99,35%	99,27%	99,28%	99,11%
Media	98,88%	98,88%	99,00%	99,04%	98,99%	99,14%	99,23%	98,84%

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 94,5% a 95,4% (94,0% a 95,3% em 30 de junho de 2013) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfólio*.

i. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das reservas técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macro-econômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Vencimentos	2014				2013			
	Liquidez	Vencimento	%		Liquidez	Vencimento	%	
	"Duration" 0 dias	"Duartion" 0 dias	Critério liquidez	% Critério vencimento	"Duration" 0 dias	"Duartion" 0 dias	Critério liquidez	% Critério vencimento
Sem vencimento	569.797	569.797	93,33%	93,33%	554.541	554.541	95,48%	95,48%
De 1 a 30 dias	40.746	40.746	6,67%	6,67%	26.242	26.242	4,52%	4,52%
De 31 a 60 dias	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
De 61 a 90 dias	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
De 91 a 180 dias	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
De 181 a 365 dias	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
De 366 a 720 dias	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Total	610.543	610.543	100,00%	100,00%	580.783	580.783	100,00%	100,00%

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias (0,35 ponderado (0,27 ponderado em 31 de dezembro de 2013)), com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com reserva matemática com *duration* de 78 dias (80 dias em 31 de dezembro de 2013).

Liquidez da carteira	2014				2013			
	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva
Sem vencimento	569.797	265.140	93,33%	56,04%	554.541	278.225	95,48%	58,20%
De 1 a 30 dias	40.746	21.362	6,67%	4,52%	26.242	15.563	4,52%	3,25%
De 31 a 60 dias	-	17.937	0,00%	3,79%	-	14.589	0,00%	3,05%
De 61 a 90 dias	-	17.361	0,00%	3,67%	-	14.929	0,00%	3,12%
De 91 a 180 dias	-	63.861	0,00%	13,50%	-	54.374	0,00%	11,37%
De 181 a 365 dias	-	87.437	0,00%	18,48%	-	100.486	0,00%	21,01%
De 366 a 720 dias	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias	-	-	0,00%	0,00%	-	-	0,00%	0,00%
Total	610.543	473.098	100,00%	100,00%	580.783	478.166	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da reserva matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais, e pequena parcela em CDB's em banco federal.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

O *rating* dos títulos "Renda fixa privado" é composto exclusivamente por CDB's da Caixa Econômica Federal, que estão vinculados aos *rating* soberanos, pois as agências classificadoras de risco esperam suporte do governo federal em caso de necessidade.

Ativo financeiro	2014		2013	
	Valor	Rating	Valor	Rating
Renda fixa público	569.797	AAA	554.541	AAA
Renda fixa privado	40.746	AAA	26.242	AAA
Total	610.543		580.783	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem		Vencidos		A vencer		Total 2014	Total 2013
	vencimento definido	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano			
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	96	-	-	-	-	96	105	
Aplicações	50.327	-	-	560.216	-	610.543	580.783	
Créditos das operações de capitalização	9.772	2.039	-	22.060	-	33.871	47.411	
Títulos e créditos a receber	-	-	-	12.646	-	12.646	15.531	
Créditos tributários e previdenciários	129.350	-	-	-	-	129.350	127.499	
Depósitos judiciais e fiscais	24.390	-	-	-	-	24.390	20.022	
Outros créditos	-	-	29	855	-	884	439	
Outros créditos operacionais	-	-	2	-	467	469	2.635	
Despesas antecipadas	-	-	-	3.136	-	3.136	2.217	
Outros valores e bens	-	-	-	-	252.376	252.376	241.057	
Total dos ativos financeiros	213.935	2.039	31	598.913	252.843	1.067.761	1.037.699	
Passivos financeiros								
Contas a pagar								
Obrigações a pagar	-	-	-	9.060	-	9.060	11.169	
Impostos e encargos sociais a recolher	-	-	-	1.192	-	1.192	3.135	
Encargos trabalhistas	-	-	-	2.071	-	2.071	1.632	
Impostos e contribuições	-	-	-	161	-	161	46	
Outras contas a pagar	-	-	6	252	-	258	76	
Tributos diferidos	1.467	-	-	-	-	1.467	1.374	
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	5.792	-	5.792	7.247	
Depósitos de terceiros	8	-	-	-	-	8	1	
Provisões técnicas	21.063	100.636	162.805	188.594	-	473.098	478.166	
Provisões judiciais	259.570	-	-	-	-	259.570	245.274	
Débitos diversos	4.134	-	-	7.020	70.521	81.675	81.811	
Total dos passivos financeiros	286.242	100.636	162.811	214.142	70.521	834.352	829.931	

j. Risco operacional

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem que o risco de desenquadramento das posições aplicadas seja o mínimo possível.

Tais ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos.

k. Risco legal

Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa. O monitoramento destes riscos fica à cargo do Departamento Jurídico em conjunto com assessores externos.

l. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 302/13, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao CMR. CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital

de risco. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a risco de mercado a Empresa está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional.

	2014
Patrimônio líquido	312.500
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais (*)	(3.149)
Despesas antecipadas	(3.136)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL	(542)
Ativos intangíveis	(42)
Obras de arte	(7)
Créditos oriundos da alienação de ativos	(259.296)
Patrimônio líquido ajustado	46.328
I - Capital base	10.800
II - Capital de risco	26.268
Capital de risco de crédito	21.917
Capital de risco de subscrição	3.377
Capital de risco operacional	2.482
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito e subscrição	(1.508)
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)	26.268
Suficiência de capital	20.060

Índice de liquidez em relação ao CMR

	%	Valor
Índice de liquidez requerido	20%	5.254
Índice de liquidez apurado - Excesso de cobertura (*) (Nota 5)	491%	128.916

(*) Índice de liquidez apurado no semestre findo em 30 de junho de 2014. Em decorrência de evento subsequente, conforme mencionado à Nota explicativa nº 27, o índice de liquidez e excesso de cobertura, em 31 de julho de 2014, são de 91% e R\$ 16.648, respectivamente.

25 Seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por apólice de multi risco empresarial. O limite máximo de cobertura (básica, lucros cessantes e responsabilidade civil) é de R\$ 20.490 (R\$ 22.000 em 31 de dezembro de 2013). As principais coberturas são:

Endereços segurados	Importância segurada	
	2014	2013
Rua Jaceguai, 400 e 402 - São Paulo - SP	17.240	16.840
Av. Marechal Câmara, 160 - 9º andar - Rio de Janeiro - RJ	3.450	3.450
Av. das Comunicações, 927 - Osasco - SP	504	504
Av. Brig. Luis Antônio, 580 - Subsolo - São Paulo - SP	160	160
Rua Marcos Markarian, 1.025 Sl. 902 - Ribeirão Preto - SP	80	80
Av. Tancredo Neves, 3.343 - Salvador - BA	220	220
Rua General Joaquim Inácio, 412 Sl. 401 - Recife - PE	220	220
Garantias contratadas		
Incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça	17.400	17.000
Responsabilidade civil operações	2.000	2.000
Lucros cessantes em decorrência de:		
Danos elétricos	1.000	1.000
Incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça	1.000	1.000
Vendaval, furação, ciclone, tornado, granizo, impacto veículos e queda de aeronave	1.000	1.000
Veículos	929	929
Equipamentos estacionários	800	800
Danos elétricos	650	650
Desmoronamento	500	500
Demais riscos	2.428	2.428

26 Normas emitidas e ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e, dentre aquelas que podem ser relevantes para a companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de *impairment* e *hedge accounting* (incluindo *macro hedging*) o comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma para 1º de janeiro de 2018.

27 Eventos subsequentes

Conforme descrito na Nota explicativa nº 18-a, a Empresa optou pela desistência da ação movida contra a Fazenda Nacional, relativa à cobrança da COFINS e aderiu à nova fase do REFIS IV, optando pelo pagamento à vista do total dos débitos contingenciados até a data-base de dezembro de 2013. Referida adesão e pagamento ocorreram no dia 29 de julho de 2014 no montante de R\$ 100.175 após a dedução das reduções legais concedidas, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Demonstrativo de consolidação de débitos - REFIS, artigo nº 93 da Lei nº 12.973/14

Valor principal dos débitos consolidados	100.175
Juros	87.179
Multa	20.035
Encargos legais	39.184
Sub-total	246.573
(-) Reduções legais	(146.398)
Valor total dos débitos consolidados	100.175

	<u>Principal</u>	<u>Juros</u>	<u>Multa</u>	<u>Encargos legais</u>	<u>Total</u>
Contingência COFINS	100.175	87.179	20.035	39.184	246.573
Benefícios - reduções legais	-	(87.179)	(20.035)	(39.184)	(146.398)
Total de débitos consolidados do REFIS	100.175	-	-	-	100.175

28 Outros assuntos

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas demonstrações contábeis.

* * *

Diretoria

José Maria Corsi
Guilherme Stoliar
Henrique Abravanel
Lourivaldo Tadeu de Souza Lima

Agnaldo de Leonardo
CRC SP-136994/O-0

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Reg. MTb nº 380 - MIBA